

# O PROCESSO DE JUVENILIZACAO DA EJA: UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS PUBLICADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES (2019-2024)<sup>1</sup>

Cinthia Rodrigues Soares  
Alexandre Cougo de Cougo  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## **Resumo:**

Este artigo examina o fenômeno da juvenilização na Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando compreender, por meio de análise, os motivos que levam os jovens a abandonarem o Ensino Fundamental e Médio e migrar para a EJA. A pesquisa utiliza uma metodologia baseada em revisão bibliográfica, fundamentada em estudos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES entre 2019 e 2024, e segue a abordagem metodológica de Gil (1991). O estudo investiga: O que os estudos produzidos, publicados e disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, no período compreendido entre 2019 e 2024, revelam sobre os motivos da entrada/presença jovem na EJA? Com base nessa questão, o objetivo geral da pesquisa é investigar os fatores que contribuem para a juvenilização da EJA e analisar as implicações desse fenômeno para o processo educativo. Os objetivos específicos incluem: identificar as causas da ainda grande participação de jovens na EJA; analisar os motivos que levam jovens a buscar a modalidade; e identificar as necessidades educativas dos jovens matriculados na EJA. Os resultados do estudo indicam que a juvenilização da EJA é influenciada por diversos fatores, como a evasão escolar, a entrada precoce no mercado de trabalho e a falta de políticas educacionais eficazes para adolescentes em situação de vulnerabilidade. Essa mudança no perfil demográfico da EJA tem implicações significativas tanto para o desenvolvimento de currículos quanto para a abordagem pedagógica, demandando adaptações que atendam às necessidades de um público cada vez mais diversificado. Conclui-se que é essencial repensar as políticas públicas e as práticas educacionais para adequá-las a essa nova realidade. A criação de estratégias pedagógicas mais inclusivas e flexíveis é crucial para garantir que a EJA continue a cumprir seu papel fundamental de oferecer uma educação de qualidade a todos os seus estudantes, independentemente da faixa etária.

**Palavras-chaves:** Juventude, EJA, Juvenilização.

## **Introdução:**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que visa atender aquelas e aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade concebida legalmente como regular pelos mais variados motivos, como socioeconômicos, familiares ou pessoais. A EJA vem como uma ação reparadora visando combater o analfabetismo, a não escolarização e promover a inclusão social desses indivíduos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletados no Censo Demográfico de 2022, apontam que 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever. Isso nos

---

<sup>1</sup> Texto aceito e apresentado no dia 03/10/2024 na XXI Semana da Educação e I Semana Integrada Pedagogia e Pós-Graduação em Educação CPTL/UFMS. O trabalho será publicado na modalidade Trabalho Completo nos Anais do evento, disponíveis em: <https://seducptl.ufms.br/>. O mesmo também foi submetido e apresentado à banca do curso de Pedagogia da UFMS/CPAN.

mostra que mesmo a Constituição Federal de 1988 garantindo a educação como um direito de todos e dever do estado infelizmente grande parte da população ainda tem esse direito negado.

A Educação de Jovens e Adultos ao contrário de que muitos pensam não se limita a alfabetização, mas engloba todo o ensino fundamental e médio, permitindo o acesso de jovens e adultos à Educação Básica e assim ampliando as perspectivas de integração plena aos movimentos do mundo do trabalho e da participação cidadã na sociedade. No entanto, apesar do seu importante papel na promoção da equidade e inclusão educativa, a EJA ainda hoje enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a ausência de formação específica de professores para a modalidade e o forte estigma social associado ao regresso à escola pelos/as educandos/as.

O interesse na construção dessa investigação surgiu a partir de uma necessidade pessoal de me afastar dos estudos por razões pessoais, e ali pude observar o quanto é difícil a posterior reinserção de um adulto no meio educacional, assim como conciliar uma rotina de estudos com trabalho e vida pessoal se torna algo desafiador. Para Santos (2003, p.74):

Os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas do fracasso escolar, como resultado de reprovações, do não aprenderem. A não aprendizagem, em muitos casos, decorreu de um ato de violência, porque o aluno não atendeu às expectativas da escola. Muitos foram excluídos da escola pela evasão (outro reflexo do poder da escola, do poder social): outros a deixaram em razão do trabalho infantil precoce, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico) (Santos, 2003, p.74).

Na universidade, durante a prática de observação na EJA, percebi a grande quantidade de jovens nesta modalidade, esses com idades para estarem no ensino fundamental diurno, o que me despertou o seguinte questionamento: por que os jovens estão buscando a EJA? A juvenilização da Educação de Jovens e Adultos é um fenômeno complexo e multifacetado, refletindo as mudanças sociais, econômicas e educacionais ocorridas nas últimas décadas. A EJA, tradicionalmente destinada a atender adultos que não acessaram ou concluíram a Educação Básica na idade considerada adequada, tem observado uma procura significativa da matrícula de adolescentes e jovens.

O conceito de ser jovem pode variar dependendo de contextos culturais, sociais e legais. No Brasil o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) é um documento legal que define e regulamenta a condição de juventude, estabelecendo, entre outras coisas, a faixa etária que caracteriza os jovens. De acordo com o Estatuto da Juventude, esse grupo é definido na idade que vai dos 15 aos 29 anos. O Estatuto estabelece essa faixa etária para garantir a proteção e os direitos dos jovens, reconhecendo que essa fase da vida é caracterizada por uma série de desafios e necessidades específicas, que incluem educação, trabalho e acesso a políticas

públicas. No entanto, quando se trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é importante reconhecer que muitos dos estudantes dessa modalidade de ensino são adolescentes, que é um conceito nos apresentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecido pela Lei nº 8.069/1990, definindo adolescentes como aqueles com idades entre 12 e 18 anos.

Esse processo de juvenilização da EJA é influenciado por uma série de fatores. Por exemplo as mudanças nas estruturas familiares e na economia levaram os jovens a procurarem alternativas educativas para o aperfeiçoamento pessoal e melhores oportunidades de emprego. A presença diversificada desses novos atores sociais sugere a amplitude dos temas que ainda precisamos dialogar. Isso porque compreender que a base do desafio com a juventude EJA está em atender à diversidade, que se manifesta nas necessidades de aprendizagem, nas motivações individuais e nas condições de estudo de cada um. Conforme Haddad (2007, p.14):

Avançar numa concepção de EJA significa reconhecer o direito a uma escolarização para todas as pessoas, independentemente de sua idade. Significa reconhecer que não se pode privar parte da população, dos conteúdos e bens simbólicos acumulados historicamente e que são transmitidos pelos processos escolares. Significa reconhecer que a garantia do direito humano à educação passa pela elevação da escolaridade média de toda população e pela eliminação do analfabetismo (Haddad, 2007, p.14)

Desta forma, partimos da seguinte questão de pesquisa: O que os estudos produzidos, publicados e disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES no período compreendido entre 2019 e 2024 revelam sobre os motivos da entrada/presença jovem na EJA? Para tanto, constituiu-se como objetivo geral investigar os fatores que contribuem para a juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e analisar as implicações desse fenômeno para o processo educativo. Da mesma forma, os objetivos específicos englobam: identificar as causas da ainda grande participação de jovens na EJA; analisar os motivos que levam jovens a buscar a modalidade; e identificar as necessidades educativas dos jovens matriculados na EJA.

A construção deste trabalho se desenvolveu por meio de uma pesquisa bibliográfica, envolvendo a identificação, análise e interpretação de informações provenientes de diversas fontes literárias relevantes para o tema da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fundamentada em estudos produzidos, publicados e disponibilizados no Portal de Periódicos da CAPES no período compreendido entre 2019 e 2024. Essa abordagem metodológica baseia-se em uma revisão sistemática da literatura, onde se busca mapear, avaliar criticamente e sintetizar os estudos existentes sobre o tema. A revisão bibliográfica segue as diretrizes metodológicas propostas por Gil (1991), que destacam a importância de um rigoroso processo de seleção e análise crítica das fontes para proporcionar uma compreensão abrangente e fundamentada sobre o fenômeno investigado.

## **A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a presença das juventudes**

A educação de adultos no Brasil acompanhou o desenvolvimento da história da educação do país e teve seu início já na catequização realizada pelos jesuítas, entretanto seu ensino já não se limitava à evangelização. Como Haddad e Di Pierro apontam sobre os Jesuítas:

[...] tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 109).

Após a saída dos Jesuítas, a educação de adultos volta a ocorrer apenas no período do império com a constituição imperial de 1824 onde destinava a todos o ensino primário. Porém, embora essa Constituição tenha estabelecido o direito à educação, teoricamente, na prática esse direito era efetivamente negado para grande parte da população, principalmente para aqueles que estavam fora das elites sociais e econômicas, como as mulheres, negros, indígenas e pessoas de classes sociais mais baixas, as quais geralmente não tinham acesso à educação formal.

Durante o período de 1930, o governo brasileiro sob a liderança de Getúlio Vargas implementa políticas de educação voltadas principalmente para a alfabetização da população mais pobre. Essas iniciativas visavam fornecer habilidades básicas de leitura e escrita para que os trabalhadores pudessem atender às demandas emergentes do mercado de trabalho industrial em crescimento. No entanto, inicialmente esses esforços não tinham como objetivo principal desenvolver um senso crítico entre os alunos. O foco estava mais na capacitação técnica básica do que na formação de cidadãos críticos e pensadores independentes. Com a Constituição de 1934 reforça-se a responsabilidade do Estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, inclusive para os adultos.

Já na década de 1940, como um efeito advindo das políticas mundiais pós-Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança significativa na percepção da educação de adultos, com está passando a ser percebida em sua importância, não apenas para atender às necessidades do mercado de trabalho, mas também para promover o desenvolvimento humano e social. A compreensão de que a educação é fundamental para o progresso individual e coletivo começou a se disseminar, levando a um aumento do investimento e atenção governamental nessa área.

Com o avanço das tecnologias e o aumento da complexidade das atividades econômicas, tornou-se evidente a necessidade de mão de obra qualificada. Isso levou à implementação de programas governamentais mais abrangentes voltados para a educação e qualificação de adultos, não apenas para a alfabetização, mas também para o desenvolvimento de habilidades específicas necessárias para diferentes setores da economia, como a Primeira Campanha de

Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e a Campanha Nacional pela Educação de Adultos (CNEA).

Em 1947 o governo brasileiro iniciou a Primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) como forma de combater o analfabetismo no país. Esta ambiciosa campanha uniu professores, estudantes e líderes comunitários de todas as esferas, que se uniram para proporcionar aulas de alfabetização e educação básica a adolescentes e adultos que não tinham vivido ou concluído a escolaridade formal. A campanha recebeu amplo apoio de diversas instituições e organizações não governamentais. Os objetivos principais da CEAA foram:

- o de estender a ação da escola primária a vários milhões de brasileiros, de ambos os sexos, adolescentes e adultos, que não sabiam ler;
- o de influir na conjuntura cultural do país, de tal modo que os problemas de educação popular passassem a ser percebidos em toda a extensão e gravidade, inclusive nos grandes grupos de analfabetos da população ativa (Brasil, 1950 p.74).

Em essência a campanha visava através da leitura e escrita promover a obtenção de valores morais e cívicos, como também buscava a preparação de mão de obra de acordo com as necessidades da época, entretanto por utilizar em seu processo o mesmo material do ensino primário infantil, acabou que por transparecendo a imagem do adulto analfabeto como de uma criança, onde reforçava o preconceito contra esse público. Essa campanha durou até 1963.

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) nasce em meio a uma necessidade ainda crescente de mão de obra qualificada devido ao crescimento industrial e a implementação de políticas que atendessem a nova realidade econômica do país. A CNER teve seus trabalhos desenvolvidos no período de 1952 a 1963. Paiva (2003, p. 225) afirma que:

Pretendia a CNER contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural nele despertando o espírito comunitário, a ideia de valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo em detrimento do meio rural onde tenderiam a enraizar-se a estagnação das técnicas de trabalho, a disseminação de endemias, a consolidação do analfabetismo, a subalimentação e o incentivo às superstições e credices [...]. Desvincula-se a reflexão sobre os métodos educativos a serem empregados na comunidade [...] da reflexão sobre a sociedade como um todo, sobre o seu modo de produção, sua formação social e suas consequências (Paiva, 2003, p. 225).

Não satisfeito com os resultados das campanhas anteriores, em 1958 o governo brasileiro lança a Campanha Nacional pela Educação de Adultos (CNEA) com o objetivo de combater o analfabetismo e promover a educação da população adulta. A CNEA concentrou-se em proporcionar oportunidades educativas a adultos que não receberam ensino escolar durante a infância. Isto incluiu a implementação de programas de alfabetização, a oferta de cursos de ensino fundamental e o esforço para elevar o nível educacional geral da população

adulta. Além disso, no mesmo ano ocorre o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, com a participação do educador Paulo Freire. Durante o congresso Freire, juntamente com outros educadores de Pernambuco e do Nordeste, enfatizam a importância da educação como um direito fundamental e ressaltam a responsabilidade social e política na prática educativa. Ele traz a necessidade de uma educação que não apenas transmitisse conhecimentos técnicos, mas que também empoderasse os educandos, promovendo uma consciência crítica e uma participação ativa na sociedade. Segundo Freire (1979, p.16),

A conscientização está evidentemente ligada à utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciantes e denunciantes, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente [...] Uma das respostas geniais é a da renovação cultural, esta dialetização que, propriamente falando, não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas uma tarefa permanente de transformação (Freire, 1979, p. 16).

Freire acreditava que a educação deveria ser um processo dialógico, onde educadores e educandos aprendem juntos em um ambiente de troca mútua. O diálogo é essencial para o desenvolvimento da consciência crítica, onde a educação deve levar os indivíduos a uma maior consciência de sua realidade social, política e econômica. Através da conscientização os educandos são capazes de entender e questionar as estruturas opressivas da sociedade.

Os governos autoritários no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985) consideraram os conceitos de Freire como subversivos e perigosos devido à sua defesa do pensamento crítico e do envolvimento ativo na sociedade. No entanto, as suas ideias persistiram na formação dos movimentos de educação popular e dos esforços comunitários, tanto a nível nacional como internacional. Durante o regime militar, a questão do analfabetismo era vista como um problema a ser resolvido para promover o desenvolvimento econômico e a modernização do país. Assim temos a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que foi uma das iniciativas implementadas para enfrentar essa questão, mas também serviu aos interesses do governo autoritário em controlar e moldar o conteúdo educacional. “O MOBRAL concebe a educação como investimento, como preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento inquestionável, isto é, como estava sendo concebido pelo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento” (Jannuzzi, 1987, p.65).

A Constituição de 1988 no Brasil marcou uma nova etapa, reconhecendo a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovido com a colaboração da sociedade. Em seu artigo 208 assegura que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988, Art. 208, I). Em conformidade com os preceitos estabelecidos pela Constituição de 1988, a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, foi criada para regulamentar a educação no Brasil. O artigo 37 da LDB é especialmente relevante, pois trata da Educação de Jovens e Adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (Brasil, 1996)

A EJA é uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade apropriada. Essa terminologia segundo Duarte e Guimarães (2008) surgiu no final do século XX, na década de 1980, em consequência da cada vez maior presença de jovens no ensino noturno decorrente do fracasso na escola regular. Ela é uma modalidade de ensino inclusiva, pois possibilita aqueles que não tiveram acesso ou foram de alguma forma excluídos do ensino regular, uma nova chance de finalizarem sua escolarização. Como Oliveira et al (2012, p. 198) destacam, o ensino de adultos deve apresentar “uma aprendizagem significativa, viabilizando uma participação ativa no mundo letrado ao qual pertencem”.

O Parecer nº 11/2000, do Conselho Nacional de Educação, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, apresenta três funções essenciais da Educação de Jovens e Adultos: as funções reparadora, equalizadora e qualificadora. Estas visam não apenas garantir o acesso à educação, mas o acesso a uma educação com igualdade e qualidade, de acordo com as características e necessidades desse público.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na inclusão social e na oferta de oportunidades educativas para aqueles que não puderam concluir sua escolarização na idade regular. Com as proposições constantes na LDB 9394/1996 e no Parecer 011/2000, bem como com as pressões das políticas de avaliação da educação que tencionam a presença de estudantes com distorção idade-ano no Ensino Fundamental e Médio, os adolescentes de 15 anos ou mais, ou o “J” destacado na sigla da modalidade EJA, foram incorporados de forma mais contínua e efetiva nos espaços da Educação de Jovens e Adultos. Quando falamos de juventudes na EJA, estamos nos referindo a um público que, apesar da diversidade de suas culturas, identidades, histórias e experiências, compartilha da necessidade de continuar ou retomar os estudos e conquistar melhores condições de vida.

Com a entrada de cada vez mais jovens na modalidade, a EJA ganha novos sujeitos, com necessidades e especificidades próprias, trazendo novos questionamentos às percepções de público, currículo, escola e de formação docente para a práxis pedagógica. As novas identidades são presenças que continuam encontrando as outras presenças já demarcadas da modalidade, como os adultos e idosos. Na mesma medida, as juventudes precisam ser percebidas em suas pluralidades e diferenças, uma vez que não há uma única forma de se viver a juventude, e mesmo quando tangenciamos a ideia de que o público da EJA é constituído majoritariamente por mulheres e homens trabalhadores, ao expressarmos as juventudes precisamos compreender e mesmo alargar os sentidos do mundo do trabalho para estas pessoas na sociedade contemporânea.

O processo de juvenilização da EJA é um fenômeno crescente que levanta diversas questões sobre a adequação e eficácia das políticas educacionais. Essa transição pode ocorrer por várias razões, incluindo dificuldades na vivência escolar, questões socioeconômicas ou a necessidade de trabalho e apoio familiar. Esse processo de migração pode sinalizar uma crise no sistema de ensino regular, evidenciando a necessidade de uma reavaliação das práticas pedagógicas e do suporte oferecido aos estudantes em situação de vulnerabilidade, bem como uma falha nas políticas educacionais e sociais. Portanto, é fundamental examinar as razões subjacentes à migração e considerar ajustes tanto na EJA quanto no ensino regular para garantir que todas as modalidades educacionais possam atender de forma eficaz às necessidades de seus estudantes.

### **Apresentação e diálogo com os dados da investigação**

A pesquisa foi desenvolvida com foco no processo de juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo que para isso foram utilizados os termos combinados “juventude” e “EJA” na busca bibliográfica realizada junto ao Portal de Periódicos da CAPES. A busca foi realizada de forma expandida e delimitada aos últimos cinco anos, entre 2019 e 2024, sendo selecionados apenas artigos (excluindo-se outras formas de texto) e com escrita em língua portuguesa. Dentro dessas especificações, foram encontrados 30 textos. No entanto, após a análise dos resumos, constatou-se que onze textos não se caracterizavam como artigos publicados em periódicos, oito textos não apresentaram diálogos e relações específicas com a temática da pesquisa e dois textos não estavam acessíveis em sua versão completa. Dentre os textos restantes, nove abordavam diretamente a temática da juvenilização da EJA.

Os nove artigos selecionados apresentam uma diversidade de abordagens e perspectivas sobre o tema, proporcionando uma base sólida para a compreensão das dinâmicas

de inclusão e participação dos jovens na EJA. Além disso, esses artigos destacam as políticas públicas e práticas pedagógicas que têm sido implementadas para atender às necessidades específicas desse grupo etário na educação de adultos. Abaixo apresentamos o levantamento bibliográfico de obras publicadas no repositório institucional do Portal de Periódicos da CAPES entre os anos de 2019 e 2024.

AUTOR(ES)	TÍTULOS	ANOS	ESPAÇO DE PUBLICAÇÃO
DA SILVA, José Humberto	Juventudes, Trabalho e Educação: uma tríade estruturante para o fenômeno da Juvenilização da EJA no Brasil?	2019	e-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino Pesquisa, Extensão e Cultura Instituto de Aplicação Fernandes Rodrigues da Silveira (CAUERJ)-RJ
MACIEL, Rogério Andrade; SOUZA, Ana Paula Vieira; SANTOS, Raquel Amorim dos; NEVES, Joana d'Arc de Vasconcelos.	Universidade e Educação de Jovens e Adultos: território de vidas e culturas	2019	Nova Revista Amazônica
DE OLIVEIRA, Vanilda Pereira; FERREIRA, Maria José de Resende.	Os jovens adentrando a Educação de Jovens e Adultos	2019	Revista Eletrônica Debate Educação Científica E Tecnológica-ES
POMPERMAIR Fernanda Schwanz; MOURA, Bruno dos Santos Prado	Destinos inconclusos: os jovens de uma escola de EJA no norte do estado do Espírito Santo	2019	Revista Eletrônica Debate Educação Científica E Tecnológica-ES
MACHADO, Socorro Balieiro; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão	A juvenilização da EJA no Estado do Amapá: uma análise na Escola Estadual Santa Inês em Macapá-AP	2020	Revista Educação em foco -MG
FERNANDES, Marcos Vinicius Reis;	Uma análise materialista-histórica da juventude da classe trabalhadora brasileira	2021	Cadernos do Aplicação-RE
FREITAS, Marinaide; REIS, Rosemeire; TORRES, Andresso.	Permanência escolar na EJA: narrativas de estudantes do ensino fundamental no Sertão Alagoano	2021	Revista Roteiro-SC
LÓDI Emeline Dias; SANCEVERINO, Adriana Regina; ZATTI, Tanara	A presença das juventudes na educação de pessoas jovens,	2022	Brazilian Journal of Development- SC

No artigo	Terezinha Fogaça; BORGES Adilson de Souza; SKOREK, Cenira Rosa Cechin.	adultas e idosas (EJA): reflexões acerca das motivações		
"Juventudes, Trabalho e Educação:	BRENNE, Ana Karina; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues.	Entre o Trabalho e a Escola: cursos de vida de jovens pobres	2023	Educação & Realidade- R

uma tríade estruturante para o fenômeno da Juvenilização da EJA no Brasil?", o autor apresenta que as condições socioeconômicas adversas desempenham um papel significativo na decisão de abandonar a Educação Básica diurna, uma vez que muitos jovens precisam priorizar o trabalho para sustentar a si mesmos ou suas famílias. Assim a EJA, com sua flexibilidade de horários, apresenta-se como uma alternativa mais viável. Além disso, dificuldades acadêmicas também influenciam nessa migração. Como o autor nos apresenta,

Deste modo, a juvenilização nas turmas da EJA tem se justificado como consequência de problemas estruturais que vêm se apresentando ao longo do tempo, de toda ordem, sejam educacionais ou sociais. Assim, se por um lado é importante destacar a existência de fatores endógenos e/ou que circunscrevem a escola, produtores desse fenômeno, por outro é importante ratificar o quanto as condições econômicas e sociais em que se inscrevem os jovens são estruturantes para configurar esse fenômeno. Os dados analisados na seção anterior colocam luz no quanto a condição de ser jovem pobre e trabalhador é um elemento central para esse processo migratório do ensino regular para a EJA (Da Silva, 2019, p. 59).

Assim entendemos que essa tendência não é apenas resultado de fatores internos à escola, mas também de problemas estruturais mais amplos, tanto educacionais quanto sociais, e pode ser entendido como uma resposta às dificuldades que esses jovens enfrentam para se manter no ensino regular, devido às exigências de trabalho e à precariedade econômica.

Reafirmando as motivações que Da Silva (2019) apresenta, Maciel, Souza, Santos e Neves (2019) destacam que as turmas de EJA são compostas por um público específico, caracterizado pela defasagem idade-série e por trajetórias de vida marcadas por desafios como desistência dos estudos, repetências, constituição familiar precoce e a necessidade de trabalhar. Esses fatores refletem as dificuldades enfrentadas por esses alunos em conciliar suas responsabilidades e demandas pessoais com o percurso escolar tradicional.

De Oliveira e Ferreira (2019) trazem em seu artigo "Os Jovens adentrando a Educação de Jovens e Adultos" que quando questionados sobre o abandono escolar, 80% dos jovens admitiram ter parado de estudar em algum momento de suas vidas. As razões apontadas incluem gravidez, brigas, dificuldade de acesso à escola, dificuldades de aprendizado, trabalho, mudanças, falecimento da mãe e decisão pessoal (De oliveira e Ferreira, 2019).

Conforme apontam Pompermair e Moura (2019), a principal motivação dos jovens ao buscarem a EJA é a necessidade de ingressar no mercado de trabalho.

O trabalho é considerado tanto como motivador da evasão dos alunos como uma das causas mais evidentes para o ingresso na EJA. Alguns jovens submeteram-se a trabalhar para minimizar as dificuldades financeiras da família e, consequentemente, não conseguem conciliar escola e trabalho. Entre trabalhar e estudar o peso maior era trabalhar para superar as necessidades imediatas (Pompermair e Moura, 2019, p. 97).

O trecho destacado evidencia uma dualidade que é central na realidade de muitos jovens que buscam a Educação de Jovens e Adultos. Por um lado, o trabalho é uma necessidade premente que pode motivar a evasão escolar, por outro, o mesmo trabalho que leva à evasão pode ser o impulso que leva esses jovens a retornarem à escola pela via da EJA, pois o desejo de melhorar a posição no mercado de trabalho ou de conseguir melhores oportunidades faz com que o jovem perceba a educação como uma ferramenta essencial para progredir, mesmo que esse caminho seja repleto de desafios. Os autores também destacam que a trajetória escolar dos jovens, marcada por idas e vindas, resulta em uma significativa defasagem entre série e idade, e que essa defasagem é intensificada por fatores pedagógicos, políticos, legais e estruturais que impulsionam a busca pela EJA de maneira cada vez mais precoce (Pompermair e Moura, 2019).

Machado e Custódio (2020) destacam o trabalho como a principal razão pela qual os jovens procuram cada vez mais cedo a EJA, bem como as políticas públicas que incentivaram esse processo. Além disso, outros fatores como desinteresse, problemas familiares, reprovações e violência também são identificados como motivadores para essa busca. Os autores também ressaltam que, segundo os estudantes, as dificuldades de aprendizagem na EJA estão intimamente relacionadas à falta de professores capacitados e à ausência de um currículo adequado para essa modalidade.

Fernandes (2021) destaca a dupla jornada escola-trabalho como uma das principais razões para a saída dos jovens da Educação Básica diurna. Além disso, aborda a exclusão como uma consequência direta do sistema capitalista, que cria um "exército industrial de reserva" para sustentar a superexploração. A falta de oportunidades e a ausência de perspectivas positivas sobre o presente e o futuro frequentemente levam à implementação de políticas de repressão estatal, como o encarceramento.

De acordo com Freitas, Reis e Torres (2021), a trajetória dos jovens entrevistados em sua investigação revela diferentes razões para a interrupção e o retorno à escolarização. Trazem o relato de uma jovem que interrompeu os estudos aos 15 anos não por necessidade econômica direta, como trabalhar para sustentar a família, mas por mudanças frequentes da família em busca de condições de vida melhores. Outros pontos que aparecem não somente no relato dessa

jovem, mas no de outras são gravidez precoce e casamento. Esses fatores, combinados com o machismo enfrentado, afetaram diretamente a continuidade de sua escolarização. Em contraste, o relato de um jovem do sexo masculino traz que teve seus estudos interrompidos por razões econômicas, uma vez que começou a trabalhar aos 8 anos para ajudar sua família após o abandono do pai e que, apesar de tentar conciliar trabalho e estudo, a carga de trabalho informal na feira livre impediu a conclusão dos estudos no tempo regular.

Em seu artigo intitulado “A presença das juventudes na educação de pessoas jovens, adultas e idosas (EJA): reflexões acerca das motivações”, Lódi, Sanceverino, Zatti, Borges e Skorek (2022), trazem que o processo de juvenilização da Educação de Jovens e Adultos reflete diversas realidades enfrentadas pelos jovens provenientes de contextos de vulnerabilidade social. A principal motivação para a migração para a EJA é a necessidade econômica, devido à baixa renda familiar, onde são forçados a ingressar no mercado de trabalho para ajudar na subsistência de suas famílias. Além disso, os jovens frequentemente enfrentam experiências negativas no Ensino de Crianças, Adolescentes e Jovens, como dificuldades de relacionamento com colegas e professores, que podem incluir bullying e preconceito. Essas situações adversas criam um ambiente hostil que leva à evasão escolar. Outro fator significativo mencionado é a defasagem idade-série causada por seguidas reprovações, um problema mais acentuado entre os estudantes das classes populares. A desmotivação resultante dessas reprovações contribui para que muitos jovens vejam na EJA uma alternativa mais adequada às suas necessidades. Além das questões econômicas e escolares, circunstâncias pessoais inesperadas, como gravidez, mudança de cidade, problemas de saúde ou questões familiares, também influenciam a migração para a EJA.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Brenne e Carrano (2023), a pobreza pode ter um impacto significativo no desempenho escolar, embora o trabalho não seja a principal influência na relação inadequada entre idade e série de escolarização. A pesquisa revela que, apesar das condições econômicas adversas, os jovens que conciliam trabalho e estudo tendem a ter expectativas mais elevadas para o futuro. Esses jovens, ao equilibrar a educação com o trabalho, mostram uma maior propensão a buscar diplomas universitários ou cursos profissionalizantes e aspiram a conquistar empregos públicos e a estabilidade associada a esses cargos. Em contraste, aqueles que nunca conciliam trabalho e estudo apresentam uma maior inclinação para buscar empregos imediatos ou iniciar seus próprios negócios.

## **Considerações Finais**

O processo de juvenilização da Educação de Jovens e Adultos é um fenômeno que reflete mudanças profundas nas dinâmicas sociais, econômicas e educacionais do Brasil contemporâneo. Ao longo deste estudo, foi possível identificar que a presença crescente de jovens na EJA não é apenas um reflexo das lacunas no ensino regular, mas também uma resposta às necessidades específicas de uma juventude que enfrenta desafios complexos e múltiplos. A partir da revisão bibliográfica realizada com base nos estudos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, entre 2019 e 2024, constatou-se que as causas da presença jovem na EJA são variadas e interligadas. Dentre os fatores, destacam-se as dificuldades enfrentadas no ensino regular, como a repetência e a evasão escolar, bem como as pressões econômicas e sociais que empurram os jovens para o mercado de trabalho prematuramente, interrompendo ou dificultando a continuidade dos estudos em um sistema educacional convencional.

Além disso, ficou claro que a EJA, embora tenha sido historicamente concebida para adultos, precisa se adaptar às especificidades desse público jovem. A inclusão dos jovens nesta modalidade de ensino traz novos desafios para os educadores e gestores, que devem reconsiderar as práticas pedagógicas, o currículo e a infraestrutura para atender às demandas desse grupo etário. Isso inclui não apenas a oferta de conteúdos educacionais relevantes, mas também o suporte socioemocional e estratégias que valorizem a diversidade de experiências e trajetórias dos jovens na EJA.

Assim, o fenômeno da juvenilização da EJA aponta para a necessidade urgente de políticas educacionais mais inclusivas e integradas, que considerem as particularidades dos jovens em contextos de vulnerabilidade. É essencial que se repense o papel da EJA como uma ferramenta não apenas de recuperação escolar, mas de promoção da cidadania plena e do desenvolvimento integral dos seus estudantes. Somente por meio de um olhar atento e uma ação educativa que valorize as diferenças e as necessidades desses jovens, será possível transformar a EJA em um espaço verdadeiramente inclusivo e emancipatório.

Este estudo contribui para a compreensão do processo de juvenilização e evidencia que é fundamental que se busquem soluções que promovam a permanência e o sucesso desses jovens, tanto na EJA quanto na Educação Básica diurna, de modo a garantir que a educação seja, de fato, um direito de todos e um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

## Referências

BRASIL. [Estatuto da Juventude (2013)]. Estatuto da juventude : atos internacionais e normas correlatas. – Brasília : senado Federal, coordenação de Edições técnicas, 2013

BRASIL, Ministério da Educação e Saúde. Campanha de Educação de Adultos. Movimento do ensino supletivo nos anos de 1947 e 1948. Rio de Janeiro, março de 1950, n. 11.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRENNER, A. K.; CARRANO, P. C. R. Entre o Trabalho e a Escola: cursos de vida de jovens pobres. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 48, 2023. DOI: 10.1590/2175-6236120417vs01. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/120417>. Acesso em: 18 ago. 2024.

DA SILVA, José Humberto. JUVENTUDES, TRABALHO, E EDUCAÇÃO: UMA TRÍADE ESTRUTURANTE PARA O FENÔMENO DA JUVENILIZAÇÃO DA EJA NO BRASIL?. *e-Mosaicos*, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 43–63, 2019. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46588. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/46588>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

FERNANDES, M. V. R. Uma análise materialista-histórica da juventude da classe trabalhadora brasileira. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.110174. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/110174>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREITAS, M.; REIS, R.; TORRES, A. . Permanência escolar na EJA: narrativas de estudantes do ensino fundamental no Sertão Alagoano. *Roteiro*, [S. l.], v. 46, p. e24963, 2021. DOI: 10.18593/r.v46.24963. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/24963>. Acesso em: 18 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HADDAD, S. & DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, 14, pp. 108-130, 2000

HADDAD, Sérgio. Por uma nova cultura de Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos - EJA. São Paulo: Global, 2007.

JANUZZI, Gilberta Martino. Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobra. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): educação 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LÓDI, E. D.; SANCEVERINO, A. R.; ZATTI, T. T. F.; BORGES, A. de S.; SKOREK, C. R. C. A presença das juventudes na educação de pessoas jovens, adultas e idosas (EJA): reflexões acerca das motivações: The presence of youths in the education of young, adults and elderly people (EJA): reflections about the motivations. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 65031–65041, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n10-004. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52672>. Acesso em: 19 ago. 2024

MACHADO, Socorro Balieiro; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A juvenilização da EJA no Estado do Amapá: uma análise na Escola Estadual Santa Inês em Macapá-AP. *Educação em Foco*, [S. l.], v. 23, n. 40, p. 228–248, 2020. DOI: 10.36704/eef.v23i40.4588. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/4588>. Acesso em: 18 ago. 2024.

NEVES, Joana d'Arc de Vasconcelos et al. Universidade e educação de jovens e adultos: territórios de vidas e culturas. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, v. 7, n. 1, p. 195-213, abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v7i1.6983>. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12540>. Acesso em: 17 ago. 2024.

OS JOVENS ADENTRANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS . *Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica*, [S. l.], v. 2, n. 01, p. 101–110, 2019. DOI: 10.36524/dect.v2i01.29. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/29..> Acesso em: 21 ago. 2024.

PAIVA, V.P. *Introdução. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SANTOS, M. L. L. (2003). Educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética. Passo Fundo: UPF